

Fundamentalismo canhestro



LUCIANO
COUTINHO

O fundamentalismo econômico liberal-ortodoxo da equipe de economistas que comandou o governo FHC fez muito mal ao país. Ao lado de uma motivação pragmática — para obter resultados rápidos em termos de estabilização dos preços, vencer eleições e desfrutar do “populismo cambial”, as opções de política econômica foram evitadas por um fundamentalismo primitivo de fé na perfeição dos mercados e de ojeriza a qualquer política de desenvolvimento.

As posições neste sentido do ex-presidente do Banco Central, Dr. Armínio Fraga, que inflingiu ao país um longo período de sobrevalorização da taxa de câmbio combinada com juros reais estratosféricos, são bem conhecidas. Surpreende-me, porém, a peroração que ouvi do atual presidente do Banco Central semanas

atrás em seminário no Rio de Janeiro. Ignorando toda uma literatura econômica (inclusive ortodoxa) que reconhece as falhas de mercado diante de fatores como incerteza e risco tecnológico, economias de escala, economias de aprendizado, externalidades etc., o Dr. Armínio Fraga valeu-se dos postulados centenários de Adam Smith e David Ricardo sobre as vantagens comparativas para desqualificar in limine quaisquer políticas industriais. A única “política industrial” admissível seria a que foi praticada (sic) pelo atual governo, qual seja: a combinação da abertura comercial com as privatizações. Para demonstrar a suposta validade desta opção o Dr. Fraga invocou a tese dos ganhos de produtividade, significativos, obtidos pela indústria brasileira nos anos 90.

Ocorre que ganhos de produtividade precisam, necessariamente, ser avaliados tendo em conta o benchmark mundial. Ou seja, é imprescindível considerar que todas as economias com quem o Brasil mantém relações comerciais também realizaram ganhos de produtividade. Visto sob este ângulo — correto — não houve avanço relativo. Segundo estudo recente

Produtividade da nossa economia

Em relação à produtividade de países selecionados

Países	1990	1993	1995	1999
Japão	33,31	33,00	34,30	34,66
Alemanha	n.d.	32,22	32,19	32,23
Itália	28,53	29,47	29,32	n.d.
EUA	26,35	25,96	26,75	26,29

Fonte: IBQP-PR, Boletim Sistêmico — Jul/Set 2001 * Em %

do IBQP-PR, a relação entre a produtividade média do trabalho da economia brasileira e a medida equivalente nas economias desenvolvidas mostra estabilidade. Avançamos, mas todos também avançaram e, assim ficamos na mesma, como se vê na tabela acima.

Já a tabela seguinte ilustra com clareza a natureza defensiva dos ganhos de produtividade no Brasil, em um contexto de encolhimento de todas as cadeias industriais de média-alta e de alta intensidade tecnológica e também de dolorosas reestruturações empresariais. O valor agregado pela indústria de transformação teve cresci-

mento pífio (especialmente no período 1994-1999) enquanto que o emprego regredia significativamente.

Nos Estados Unidos, ao contrário, ganhos de produtividade médios foram tão expressivos quanto os aqui verificados só que ocorreram pari passu com um firme crescimento do emprego — por isso, podem ser classificados como “ofensivos”. Houve, registe-se, importante avanço do emprego de alta qualidade e de alta produtividade notadamente nos setores do complexo das tecnologias de informação.

Lamentavelmente os estragos inflingidos à nossa matriz industrial e o retrocesso do perfil da nossa pauta de exportação em direção às commodities tornaram pouco eficiente o estímulo cambial. É claro que o atual regime de flutuação é melhor que o anterior, de câmbio valorizado. Mas, infelizmente, não é per se suficiente. Com a pauta concentrada em commodities agrícolas, agroindustriais e minerais é baixa a elasticidade-câmbio das exportações, especialmente num contexto de crescimento lento do comércio mundial em que os preços destas tendem a cair ainda mais.

Por isso a necessidade urgente de políti-

Crescimento da produtividade

Taxas médias, em %

Indústria de transformação	90/93	94/99	90/99
Valor adicionado	1,31	0,35	1,38
Pessoal ocupado	-3,13	-3,27	-2,78
Produtividade	4,58	3,74	4,28

Fonte: IBQP-PR, Boletim Sistêmico — Jul/Set 2001

cas industriais contemporâneas, organizadas por cadeias setoriais e acompanhadas por uma redução dos custos de capital (via sistema BNDES) e por uma reforma tributária que elimine o viés anti-competitividade do sistema atual. Este é o caminho para recompor o tempo perdido e reduzir rapidamente a vulnerabilidade externa da economia brasileira, conferindo solidez ao balanço de pagamentos e sustentabilidade ao crescimento da economia.

Luciano Coutinho, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, escreve mensalmente às sextas-feiras.